

28ª. Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro

Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, às 14h30, de forma virtual, por meio da plataforma Zoom, realizou-se a 28ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro. Participaram da reunião os seguintes membros do Comitê: Eduardo Gonçalves, membro titular – Ministério Público Federal (MPF); José Edson Maciel, membro titular (Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A); Eduardo Romano Bustamante, membro titular (Norsk Hydro Brasil); Marcelo Moreno, membro suplente – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas); Gilvandro Santa Brígida, membro titular – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas do Município de Barcarena (Sindquímicos); Mário Santos, membro titular (1ª Representação da Sociedade Civil); Leandro Mendes Azevedo, membro titular (3ª Representação da Sociedade Civil); Fabiano Azevedo, membro suplente (4ª Representação da Sociedade Civil); Rozemiro Brito, membro titular, e Amauri Figueiredo, membro suplente (5ª Representação da Sociedade Civil); Elidiane Marinho Cardim, membro titular, e Cristiane Simões Baia, membro suplente (6ª Representação da Sociedade Civil); Rosa Maria Dias, membro titular (7ª Representação da Sociedade Civil); Elisomar Barreto de Souza, membro titular, e Ivo Baia Torres, membro suplente (8ª Representação da Sociedade Civil); e Hamilton José Moreira Caminha, membro suplente (9ª Representação da Sociedade Civil). Também estavam presentes, como convidados internos da Hydro, Daniel Arvani (Gerente de Engenharia e Projetos da Área de Resíduos B&A da Hydro); Paschoal Cataldi (Gerente Executivo da Resíduos B&A da Hydro) e Stefani Oliveira (Engenharia Geotécnica da Hydro) e, como convidados externos da Hydro, fazendo parte da equipe da Fontes Geotécnica, empresa auditora do item 3.1 TAC, Álbano Santos (Geotecnia), Baruc Costa (Hidrologia), Kesley Caldeira (Planejamento), Rodrigo Jesus (Geotecnia). **Justificaram a ausência:** Juliana Nobre Soares, membro titular (Prefeitura Municipal de Barcarena); Vera Lúcia Brito Nascimento, membro suplente (1ª Representação da Sociedade Civil); Jackeline Sousa Sales, membro titular (2ª Representação da Sociedade Civil); Fátima Solange Góes, membro titular (4ª representação da Sociedade Civil); Rosa Maria Dias da Silva, membro titular (7ª representação da Sociedade Civil); Vagner Carvalho Ferreira, membro titular, e Ereny dos Anjos Barbosa (10ª Representação da Sociedade Civil). Além destes participantes, representando a secretaria executiva do Comitê, estavam as seguintes pessoas: Edane França Acioli, Raphael Castro, Paulo Vitor Pantoja Dias e Vanessa Silva (IEB). Os membros presentes receberam a formalização do convite via E-mail, expedido pela secretaria executiva do Comitê, em 27 de janeiro de 2023, onde também constava a data e a pauta desta reunião, aprovadas durante a reunião do dia 06 de dezembro de 2022. Antes do início da pauta, Edane Acioli faz uma breve explicação com instruções iniciais acerca da dinâmica de reuniões em espaços virtuais. Dando início aos trabalhos, é declarada a abertura da 28ª reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC. Adentra-se ao primeiro ponto de pauta, que, em virtude da presença de convidados externos, foi invertida, iniciando-se com o item: **2) Atualização de itens do TAC, 2.1) Apresentação do status da auditoria do Item 3.1 do TAC (auditoria**

independente sobre a segurança e estabilidade dos depósitos de resíduos sólidos). Álbano Santos recebe a palavra e inicia informando que faz parte da empresa **Fonntes Geotécnica**, contratada para auditar o item 3.1 do TAC. Álbano informa que a apresentação da empresa será feita em duas partes: a primeira mostrará aspectos institucionais e as competências da equipe da Fonntes; no segundo momento será apresentado um cronograma dos trabalhos que já foram realizados pela empresa. Álbano passa a palavra para Rodrigo Jesus. Rodrigo inicia informando que a Fonntes Geotécnica é uma empresa mineira, situada em Belo Horizonte, em Minas Gerais, que atua em nível mundial e com uma série de projetos nas áreas de: mineração, geotecnia, hidrologia, geologia, ensaios de solo, engenharia ambiental, gestão de mina, sondagem e topografia, com mais de dez anos de atuação no mercado. Rodrigo informa que a Fonntes possui uma equipe multidisciplinar e parcerias, como o laboratório Cialab, que auxilia na avaliação de seus ensaios, quando pertinente, garantindo a eficácia das análises. Rodrigo fala sobre a área de relacionamento com os clientes, que nesse contrato, tem como líder de projeto, Kesley Caldeira, sendo responsável pelo diálogo com a Hydro Alunorte durante o período de auditoria do item 3.1 do TAC. Rodrigo avança para os principais serviços que são prestados pela Fonntes. Rodrigo informa que, na área de engenharia geotécnica, a Fonntes tem competência para elaborar planos de segurança de barragem, Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM), estudo Dam Break, desenvolvimento de modelo geomecânicos, estudo de tensão e deformação, análise de riscos, elaboração de manual de operação, estudos de liquefação, manual geológico, caracterização de barragem, etc., e na área de hidrologia, a Fonntes desenvolve estudos de Dam Break, que é o de ruptura de barragem tanto em 2D quanto em 3D; elaboração de estudos hidrológicos; balanço hídrico; sistema de contenção de sedimentos e clarificação; modelos hidrológicos; chuvas-vazão; modelos de estruturas hidráulicas; fluidodinâmica computacional, concentração e clarificação, etc. Rodrigo encerra dizendo existem outros projetos em outras áreas, mas que a apresentação deveria ser resumida em aspectos que são de interesse para a auditoria que será desenvolvida para o TAC. Álbano retoma a palavra e informa que a equipe técnica responsável pela auditoria do item 3.1 é composta por oito técnicos, que farão a elaboração e entrega de 29 relatórios técnicos, que responderão aos itens que estão presentes no termo de referência para o item 3.1 do TAC. Álbano diz que, nos estágios iniciais do trabalho, houve uma reunião, no dia 24 de janeiro de 2022, entre a Fonntes e o Ministério Público Federal com o objetivo de fazer um alinhamento da expectativa em relação ao trabalho que deveria ser realizado pela empresa, respondendo, em linguagem acessível, a perguntas feitas pelos signatários para o início dos trabalhos. Álbano prossegue informando que a primeira visita ao complexo das empresas Hydro Alunorte ocorreu no dia 9 de fevereiro de 2022, onde a Fonntes fez o trabalho de reconhecimento e levantamento das estruturas que seriam auditadas, além da organização inicial do volume de dados que a empresa precisaria receber da Hydro Alunorte para a realização da auditoria, sendo entregue, aos signatários, o primeiro relatório preliminar, em 4 de março de 2022, após isso, houve nova reunião com o MPF e, como produto dessa reunião, foi protocolado, no dia 16 de março de 2022, um ofício com o detalhamento técnico de como seria realizada a condução dos trabalhos que responderiam a cada um dos itens especificados no termo de referência, tendo a aprovação do MPF no início do mês de abril de 2023, o ofício passou a ser usado como um guia durante a realização da auditoria. Álbano avança para a segunda visita técnica ao complexo das

empresas Hydro e Alunorte, em junho de 2022, sendo iniciada a elaboração dos 29 relatórios técnicos de caráter preliminar, relatórios que foram entregues até o dia 11 de julho de 2022. Após a entrega, a Fonntes recebeu uma série de comentários em revisões que foram feitas pelos membros do comitê técnico dos signatários, sendo recebidos entre 28 de setembro e 6 de dezembro de 2022. Albano encerra sua apresentação informando que, desde o dia 16 de dezembro de 2022, a Fonntes iniciou a emissão dos relatórios revisados, após os comentários recebidos do comitê técnico, sendo essa a atual situação dos trabalhos, que englobam os próximos passos a serem seguidos, onde será dada a continuidade na sequência de relatórios que precisarão de detalhamento, revisão ou complemento em seu conteúdo, atendendo às demandas vindas dos signatários. Após a apresentação da Fonntes, inicia-se o debate. Mário Santos pede a palavra e pergunta a Albano quais foram as dificuldades encontradas no desenvolvimento dos relatórios para eles necessitarem de uma reedição. Albano diz que esse é o procedimento padrão quando está se fazendo a entrega de um ou mais relatórios para uma equipe técnica, que estes voltem com revisões e perguntas a serem respondidas, que pedem uma correção ou maior detalhamento de um determinado ponto que foi avaliado pela equipe técnica e que se julgou haver essa necessidade. Albano diz que é padrão que os relatórios da Fonntes contenham um espaço no cabeçalho onde se fazem os registros de entrega dos mesmos, desde a sua versão preliminar, seguindo pelas entregas após as revisões, e encerrando com o registro da sua última versão oficial. Fabiano Azevedo pede a palavra e apresenta algumas perguntas a Albano: 1) Foi feito um estudo detalhado da geomembrana que cobre os resíduos dos Depósitos de Resíduos Sólidos 1 e 2 (DRSs 1 e 2); 2) O monitoramento das águas que circundam os DRSs é satisfatório, existe algum laudo dessas águas que estão sendo monitoradas e qual é a profundidade desses poços? 3) Os rios e lagos que ficam ao redor dos DRSs, parâmetros como: potabilidade, balneabilidade e risco de contaminação, foram verificados? 4) Em relação à altura do DRS 1, qual é a sua altura e se existe alguma norma para esse controle? 5) Considerando a altura, qual a chance de que haja uma chuva muito forte, atípica para a nossa região, e que os materiais dos depósitos ultrapassem os limites e escoem para as comunidades? 6) Considerando que o ambiente esteja muito seco, a poeira oriunda do processo de refinamento das fábricas pode ser levada a quilômetros de distância, em função da altura do DRS 1, poderia chegar às casas próximas e contaminar pessoas, rios, animais e o meio ambiente? Albano retoma a palavra e responde sobre as questões apresentadas. Inicialmente explica que as **geomembranas** têm um processo de fabricação muito específico e que possuem, de modo geral, uma validade indeterminada, sendo concebidas, em seu planejamento, com essa característica. Em nível de resposta, é viável apontar que, inicialmente, o prazo mínimo de validade seria o de 50 anos. Albano diz que, em outras experiências, para os projetos com geomembranas mais antigas, que já tem a geomembrana datada em 50 a 60 anos, foi feita a sua exumação, para posterior exame e constatou-se que elas ainda possuíam as mesmas características de quando foram instaladas, estando somente propensas ao desgaste aquelas que, em sua instalação, ficam expostas ao sol, mas que, de igual forma, terão validade mínima de 50 anos; Com relação aos postos de **monitoramento de água**, Albano responde que a Fonntes constatou que eles são monitorados com uma frequência acima do padrão normativo e que não verificou detecção de nenhum material nas águas subterrâneas, nem em volta do depósito, que possa vir através de falha na impermeabilização feita pela membrana geotérmica, o que se verificou

dentro de toda a extensa documentação que foi acessada, é que a qualidade da geomembrana e outras características como produção, transporte e instalação, foram feitas seguindo padrões de qualidade exigidos nas normas de engenharia, até a sua instalação, feita conforme recomendação do fabricante, não sendo identificado nada de anormal; Quanto à **potabilidade da água ao redor dos DRSs**, Álbano reforça que essa é uma pergunta mais adequada de ser respondida por uma equipe da área da engenharia ambiental e que não estava no escopo do seu trabalho, mas que, a Fonntes não encontrou nenhum indício de contaminação por materiais provenientes dos depósitos nos poços de monitoramento, nas proximidades dos DRSs. Álbano salienta que, após análises nos documentos que atestam o padrão da água, foi possível verificar que, alguns elementos estão em concentração acima do valor de referência normativo indicado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), mas que não há relação com as estruturas do complexo das empresas, porque existe uma variação geral de acordo com o Estado brasileiro, e cita, como exemplo, o estado de Minas Gerais, que, de maneira geral, apresenta em sua água, valores mais elevados de ferro e manganês, porque é característica do solo do Estado, a riqueza desses materiais, o que acaba por influenciar os padrões nas águas, o caso se repete para a região de Barcarena; Em relação à **altura do DRS 1**, Álbano explica que a norma é mais direcionada à estabilidade do depósito em geral, focando as análises técnicas em relação à resistência, à altura e à inclinação dos materiais que estão no depósito, existindo barragens muito altas que possuem materiais muito resistentes e que operam de acordo com a norma técnica, dessa forma, a partir dos estudos feitos nas instalações da Hydro e Alunorte, não houve constatação de estruturas operando em desacordo com as normas estabelecidas. E, sobre a possibilidade de haver uma **chuva muito forte e os materiais ultrapassem os limites** e escoem para as comunidades, Álbano responde que foi feita uma avaliação do sistema associado a águas da chuva e que, toda água proveniente da chuva é conduzida para dentro de bacias com sistemas de bombeamento que conduzem a água para uma Estação de Tratamento de Efluentes Industriais (ETEI), sistema que apresenta suas dimensões de acordo com os padrões esperados dentro dos critérios das normas da engenharia, havendo equipamentos reservas e de substituição dentro desses sistemas, então, caso haja a falha de umas das bombas, existe uma bomba reserva para que o sistema não deixe de operar; Com relação à **poeira oriunda do processo de refinamento** das fábricas, Álbano relembra que essa é uma questão que não está no escopo dos trabalhos da equipe da Fonntes, mas pontua que a equipe verificou a presença de pontos de monitoramento da qualidade do ar em diferentes locais do complexo industrial da Hydro e Alunorte, mas que não é um ponto presente no termo de referência que foi direcionado à equipe da Fonntes. Dando seguimento às explicações, Pascoal Cataldi pede a palavra para complementar a resposta iniciada por Álbano, dizendo que, existem vários pontos de **monitoramento de poeira** ao redor e, também, nas imediações próximas à Vila dos Cabanos, onde se acompanham dados da qualidade do ar, havendo também ações implementadas dentro da Alunorte, no sentido de atenuar e, eventualmente, eliminar esse parâmetro, pois a própria área reabilitada do DRS 1, que, para o ano 2023, chegará a 60 hectares, será uma área isenta de pó. Relembra que, os membros da sociedade civil que visitaram o depósito, puderam ver uma cobertura de um gel têxtil em sua superfície, a qual já cobre aproximadamente 60 hectares, cujo objetivo é eliminar esse pó, controlando a questão nessa região. As pequenas áreas que ainda têm alguma operação, algum trânsito que não permita ter essa cobertura, recebem dois tipos de

tratamento: um deles é a colocação de um polímero, misturado com água, onde se forma uma camada que veda, controlando e atenuando esse fator nessas áreas, e nos locais aonde esse polímero não seria eficaz, por uma questão de trânsito de máquinas ou equipamentos, constantemente há caminhões de pipas umectando a área. Por fim, Fabiano Azevedo traz outra questão associada ao tema, perguntando sobre os resultados das parcerias com os institutos SENAI e Votorantim, na área de reaproveitamento de resíduo. Pascoal responde que existem algumas frentes de pesquisa para essa área de reaproveitamento de resíduos e que, em princípio, os estudos, do ponto de vista técnico, estão apresentando bons resultados, mas existem outros parâmetros e serem considerados como: viabilidade logística, impacto social, impacto sobre o mercado local, aplicação em grande escala, etc. Pascoal cita um projeto, que está em sua fase piloto, para o reaproveitamento de 50.000 toneladas de resíduo interno por ano, agregando uma fase de redução do ferro desse resíduo. Outro projeto está fazendo testes para aplicação do resíduo como substituto de um dos agregados, usados na construção civil, para a produção de cimento, lajotas, pigmentos, bloquetes, etc. Pascoal encerra dizendo que existem ainda outros estudos, mas que não são diretamente ligados à área de sua atuação, **pedindo que a questão seja registrada em ata e encaminhada à Hydro para que possa apresentar respostas mais completas à pergunta.** Na sequência, Amauri Figueiredo pede a palavra e diz que, após visita ao DRS 1, um esquema de como os depósitos são organizados foi explicado e que há uma camada de um metro, desde o isolamento da geomembrana até a superfície do solo, onde estão sendo plantadas árvores de pequeno porte. Amauri pergunta se é possível aumentar a área para dois metros de comprimento, para que se pense na possibilidade de plantar árvores de médio porte. Albano diz que a área que a equipe atua está voltada para a engenharia geotécnica e que, por isso não tem a competência adequada para responder a pergunta, que é mais voltada para a área da engenharia ambiental. Pascoal Cataldi pede a palavra e diz que, dentro do planejamento que foi desenvolvido para a área de recuperação, é um risco optar pela plantação de árvores de porte maior, pois existe uma característica da área do depósito que é a inclinação dos taludes, além de, ocasionalmente, fortes ventos são registrados na área, o que faz com que grandes árvores tombem, oferecendo risco à saúde dos empregados que atuam na área, dessa forma, foi feita uma seleção de árvores de pequeno porte, para que a área apresente as características mais próximas das naturais, e que sirvam de alimentos para a fauna que se monitora na área. Após o debate, a equipe da Fontes Geotécnica apresenta falas finais de agradecimento, ficando à disposição para outras questões que possam surgir dos membros no futuro. Edane Acioli encerra a pauta com a presença dos convidados externos e anuncia a próxima pauta, retomando ao primeiro item: **1) Temas ordinários: 1.1) Aprovação da ATA da 27ª Reunião (06.12.2022).** Não havendo manifestações contrárias à sua aprovação, assim, a ata da 27ª reunião do CA do TAC é considerada aprovada. Em seguida, inicia-se o ponto **1.2) Leitura de encaminhamentos pendentes: 1.2.1) Estruturação e funcionamento do Comitê de Acompanhamento (Regimento Interno).** Edane informa que está pendente, entre os membros do CA, o detalhamento dos termos “independente” e “protegidas pela lei”, que fazem parte do anexo do regimento interno. Passa-se ao ponto **1.2.2) Item 2.1.4 do TAC** (Investimento de até R\$ 5 milhões na criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável ou outra solução técnica viável). Edane informa que a representante titular da prefeitura municipal de Barcarena, Juliana Nobre, não pôde participar

da reunião, justificando a sua ausência, com isso não há atualização sobre o tema. Edane prossegue para o ponto **1.2.3) Termos de referência para contratação das auditorias independentes.** Edane salienta que, em virtude de problemas de saúde, alguns membros do CA não puderam acompanhar a comitiva que visitou o complexo da Alunorte no dia 12/01/2023, na ocasião, o representante na Alunorte, Edson Maciel, já expressou interesse em agendar uma nova visita, destinada aos membros que não puderam participar da primeira visita. Edson Maciel pede a palavra e diz que é possível agendar uma segunda data para que os membros que não participaram da primeira visita possam ter a oportunidade, também, Edson encerra informando que entrará em contato posteriormente com a secretaria executiva para alinhamento e planejamento da segunda visita. Dessa forma **fica encaminhado que a Alunorte e a Secretaria Executiva farão o agendamento de uma data para o planejamento de uma segunda visita às instalações da Alunorte, destinada aos membros do CA que não puderam participar da primeira visita ao complexo industrial da Alunorte.** Edane prossegue trazendo uma atualização sobre os questionamentos que foram feitos aos signatários na última reunião, informando que as respostas foram encaminhadas para o e-mail dos membros do CA na data da presente reunião. Edane atualiza sobre a questão direcionada aos signatários sobre o acompanhamento direto das auditorias e estudos pela sociedade civil, e diz que o item será tratado mais adiante, ainda na atualização de encaminhamentos pendentes. Edane informa que, sobre a sugestão de que as empresas contratadas para as auditorias sejam apresentadas para os membros do CA, visando maior acompanhamento das etapas e procedimentos das auditorias, há comentários sobre essa sugestão no e-mail que foi enviado pelos signatários aos membros do CA. Dando continuidade na atualização do encaminhamento, Eduardo Bustamante solicita a palavra e inicia a apresentação de um fluxo que tem por objetivo responder à demanda da sociedade civil no acompanhamento direto das auditorias e estudos que fazem parte dos itens do TAC, para que haja um procedimento estruturado para as demais auditorias que ainda não iniciaram, garantindo o seu acompanhamento ao longo de três etapas: início de uma auditoria ou estudo, seu acompanhamento ao longo do seu desenvolvimento e em suas etapas finais. Eduardo prossegue, explicando esse fluxo, que se inicia com **1) Apresentação da instituição ou empresa contratada,** e que essa etapa inicial de acompanhamento prevê, em uma reunião do CA, uma apresentação detalhada da empresa contratada, onde esta apresentará ao CA, o seu histórico, quais são as suas competências e experiências no mercado e área em que atua, qual é a matéria da auditoria que ela irá desenvolver e sua abrangência, qual é o seu plano de trabalho, qual será a metodologia utilizada nesse plano, qual é o seu cronograma de execução, etc., além de se disponibilizar para responder perguntas do CA; Após essa etapa, haverá a fase **2) Atualização periódica dos trabalhos e acompanhamento presencial** que compreende o período em que a auditoria ou estudo estiverem sendo executados, havendo duas oportunidades de acompanhamento: uma que considere uma atualização periódica, tendo como referência a sua atualização no site do TAC Hydro, para que, a cada avanço, seja atualizado no site “TAC Hydro” e no site do MPF, dessa forma, qualquer pessoa interessada, teria acesso à atualizações dos estudos e auditorias. Durante a execução dos estudos e auditorias, Eduardo pontua que se pensou em uma agenda de atividade presencial com a empresa contratada, dentro do escopo de cada estudo e auditoria, garantindo um espaço de acompanhando em campo, durante uma atividade planejada da

contratada, considerando a compatibilidade desse acompanhamento em seu plano de trabalho e de acordo com a natureza de cada atividade. Eduardo finaliza sua apresentação com o ponto **3) Apresentação do relatório final em reunião do CA**. Assim que o estudo ou auditoria tiver resultados que possam ser apresentados, considerando as revisões do comitê técnico e dos signatários, será feita uma apresentação detalhada do relatório final aos membros do CA, por meio de uma reunião ordinária ou extraordinária, caso seja necessária, considerando aspectos da linguagem adequada e acessível para o entendimento de todos. Após esta apresentação, Elidiane Cardim pergunta sobre o número de empresas que se inscreveram para cada uma das auditorias. **Eduardo responde que solicitará a resposta adequada ao setor de suprimentos da Hydro e encaminhará, por e-mail, a resposta**, reforçando que no site do TAC existe uma aba com um quadro que é semanalmente atualizada conforme o avanço na contratação das empresas inscritas nas diversas auditorias e estudos previstos no TAC. Edane retoma a palavra e informa aos membros que a Secretaria Executiva (SE) fará uma breve apresentação trazendo, também, atualizações sobre o encaminhamento com relação ao acompanhamento dos estudos e auditorias. Inicia apresentando, de forma geral, as atribuições do seu plano de trabalho para o ano de 2023, na temática do acompanhamento. Edane apresenta um quadro dividido em três serviços prestados pela SE, começando pelas atribuições como **Secretaria Executiva do CA do TAC**, onde será garantido o diálogo permanente com os membros do CA, revisando questões do regimento interno, garantindo, antes das reuniões, a organização das pautas, o envio de convite para os membros do CA, a logística, a realização e moderação das reuniões do CA, a elaboração da ata e o acompanhamento dos encaminhamentos, após a reunião, e acrescenta que, no ano de 2023, a SE irá facilitar o processo de acompanhamento das auditorias e estudos da sociedade civil nas atividades das empresas contratadas, conforme Eduardo explicou. Passando à área da **Comunicação Social**, a SE mantém as tarefas de implementação do plano de comunicação social, mantendo um canal de comunicação com as pessoas interessantes em entender e receber informações sobre o CA e o TAC, tendo um número de telefone exclusivo para isso, acrescentando para 2023, a realização de quatro eventos de ampliação da comunicação do CA, que ainda estão sendo elaborados junto a programação para este ano. A SE também fará a sistematização do que foi a formação e constituição do comitê de acompanhamento e o funcionamento dele enquanto uma instância colaborativa de acompanhamento de um TAC. Edane encerra a sua apresentação pontuando sobre o serviço de **Capacitação dos membros da sociedade civil**, que a SE manterá a sua agenda periódica de capacitação, que sempre antecede uma reunião do CA, para nivelamento de pauta com os membros da sociedade civil, estando programado, além das capacitações periódicas, a realização de três eventos formativos, os quais também estão em fase de finalização de planejamento. Adentra-se ao próximo ponto da folha de encaminhamentos **1.2.4) Atualização sobre o Plano de Aplicação para o recurso das multas depositados no Fema**. Marcelo Moreno inicia sua fala recapitulando as ações do comitê gestor do plano de aplicação, que trabalha na organização de propostas recebidas nos diversos canais disponíveis, como: e-mail, presencialmente, via secretaria executiva, etc. A partir das propostas que foram encaminhadas, houve um ordenamento de eixos para o norteamento de projetos e propostas das comunidades. As reuniões desse comitê gestor foram realizadas preferencialmente em Barcarena e receberam contribuições mais diretas de Mário Santos, Elidiane Cardim, Paulo Feitosa e Rozemiro Brito. No momento, a Semas

está avaliando os meios necessários para a descentralização dos recursos que estão no fundo (Fema), adiantando que a descentralização do recurso será gradativa, feita através de porcentagens do valor global, que, após atualização feita em janeiro, **alcança o valor de R\$ 41.140.589,44**. A descentralização será feita através de editais destinados a organizações sociais que possam gerenciar parte do valor que será inicialmente disponibilizado. O edital está em fase de finalização pela Procuradora do Estado Fernanda Sequeira, para ser colocado à apreciação do Secretário de Meio Ambiente, que é o gestor do Fema, após a aprovação, o edital será apresentado ao CA para que receba suas contribuições e possa ser efetivamente finalizado e posto em prática. Fernanda Sequeira inicia sua fala reforçando que o edital será colocado à disposição do CA, antes da sua divulgação oficial, para que todos possam enviar suas contribuições. O objetivo do edital é dar efetividade ao recurso que se encontra, no momento, somente em aplicação, **a descentralização se inicia pela contratação de uma entidade que faça o gerenciamento de parte do recurso**, em virtude do quadro insuficiente de servidores, que não têm como trabalhar unicamente para gerenciar o valor que está no plano de aplicação junto às comunidades. Fernanda frisa que esse tipo de ação nunca foi feito antes, por isso, estará sempre sujeita à reavaliação na construção colaborativa junto às comunidades e ao CA do TAC, através de eixos que permitam a execução ampla dos recursos, buscando o seu pleno funcionamento. Fernanda explica que existe um eixo central e obrigatório, que contempla projetos que beneficiem a coletividade das comunidades e não de forma individual, assim, devem ser priorizados os projetos coletivos. Além disso, os projetos idealizados para comunidades tradicionais devem ter uma dinâmica própria e diferenciada em seus territórios, que precisa ser preservada, havendo somente eixos destinados a essas comunidades específicas. Fabiano Azevedo pede a palavra e pergunta se os representantes da sociedade civil trabalharam junto à Semas e à Procuradoria Geral do Estado para definição dos eixos. Fernanda responde que os eixos foram escolhidos de acordo com as demandas trazidas pelos membros da sociedade civil, citando como exemplos, a demanda por kit pesca, fossas sépticas, entre outras demandas, sendo dividido, dentro dos eixos, de acordo com suas similaridades, dando como exemplo o eixo de fomento à pesca, que englobará o kit pesca e o eixo de saneamento que juntou projetos com propostas de fossas sépticas. Fabiano pergunta se esse primeiro edital ainda terá como receber contribuições. Fernanda diz que sim, ainda haverá tempo para que todos os interessados possam mandar suas contribuições, o que se tem hoje é uma minuta do edital. Marcelo Moreno destaca que a Semas ainda está recebendo propostas e o trabalho atual está focado na organização das ideias recebidas, para a consolidação da minuta do edital. Fernanda prossegue informando que, após o primeiro edital, destinado ao gerenciamento inicial de 15 milhões do recurso total disponível, a entidade vencedora fará um plano de trabalho que será montado através das contribuições do CA, com prazo estipulado para lançar o edital voltado aos projetos das comunidades, dividindo o edital em faixas, de acordo com a proximidade do empreendimento da Hydro e Alunorte, tendo que apresentar periodicamente uma prestação de contas para a sociedade, como forma de dar transparência e divulgação ao processo. **O processo de concorrência será de acordo com a Lei Nº 13.019, de 31 de junho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil**, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público, onde, até cinco

entidades, com larga experiência na gestão de recursos, conhecimento da região, etc., deverão cumprir alguns pré-requisitos para participarem do edital, que estará aberto a contribuições da sociedade civil, desde que não impeçam a concorrência. Mário Santos pede a palavra e frisa que o posicionamento dos membros da sociedade civil que fazem parte também do CA do TAC, sempre primaram para que o edital pudesse estar aberto a receber contribuições da sociedade civil, em todas as suas etapas possíveis, e que mais entidades pudessem ficar responsáveis pelos eixos do edital, sendo o recurso distribuído em linhas de financiamento, sempre primando para que isso seja discutido com as comunidades tradicionais e não tradicionais. Após o debate, é encerrado o ponto de pauta, dando seguimento para o ponto **3) Pauta e data da próxima reunião**. Edane informa que a única proposta apresentada ao longo da reunião foi feita por Mário Santos, que é uma **atualização sobre os termos de referência dos itens 2.1.1 C do TAC (Estudos Epidemiológicos), 2.1.1 A (Estudo socioeconômico e etnográfico) e o item 2.1.1 BCDF (Estudos ambientais)**. Edane faz uma consideração sobre a indicação de vários temas longos e que tratam de temáticas diferentes, precisando da mobilização de equipes diferentes para uma única reunião do CA, sugerindo, assim, que, em virtude do tempo de reunião do CA, apenas um dos temas seja escolhido como pauta para a próxima reunião, havendo concordância dos membros e a indicação de um tema. Assim, a próxima **reunião ordinária** ocorrerá em formato virtual com a seguinte pauta principal definida: **1) Atualização de itens do TAC, 2.1) Apresentação do status do item 2.1.1 C do TAC (Estudos Epidemiológicos)**. Ficando agendada para o dia **28 de março de 2023, às 14h30**. Após as manifestações dos presentes, foi dada por encerrada a reunião às 17h45, o IEB, na condição de Secretaria Executiva, lavrou a presente ata.